

RELATÓRIO E CONTAS
DA DIRECÇÃO



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES

2021

A SPA RESISTIU E ACELEROU MEDIDAS ESTRATÉGICAS

A SPA viveu o ano de 2021 apostada, não só em resistir aos efeitos causados pela pandemia, sempre com o objectivo de apoiar os autores - que nesta época de devastação económica e social, para além da saúde, dela necessitam mais do que nunca – como em concretizar medidas que antecipassem necessidades futuras e continuassem a assegurar a sua sustentabilidade num ecossistema de crescente exigência e desafios.

Ao iniciar este Relatório, que aborda o trabalho desenvolvido em mais um ano atípico, o segundo submetido a uma terrível e devastadora pandemia, a Direcção gostaria de deixar uma palavra de apreço a todos quantos colaboraram, directa ou indirectamente, para os resultados que agora se apresentam.

Aos associados, um agradecimento por terem manifestado, por diferentes formas, o apoio às medidas que iam sendo tomadas e pelo modo como se mantiveram unidos em torno da sua cooperativa, sempre prontos a colaborar quando chamados a participar.

Aos dirigentes e restantes trabalhadores, um agradecimento pelo esforço e pela dedicação num ano em que tomaram consciência de que o modelo organizacional habitual já não voltaria a ser o mesmo a que estavam habituados.

Aos parceiros externos, um agradecimento pela confiança demonstrada na cooperativa traduzida na manutenção dos compromissos, no cumprimento dos contratos e na abertura permanente para o diálogo.

Ao público, um agradecimento por consumir cultura tão logo isso se tornou possível, num gesto de solidariedade que bem demonstra o quão a actividade criativa é indispensável à sociedade, seja porque gera riqueza, seja porque alimenta a alma e oferece esperança.

Neste quadro, a SPA concentrou a sua actividade nos cinco grandes eixos de intervenção que a seguir se identificam.



APOIAR OS AUTORES EM TUDO E EM DIVERSAS FRENTES

Os autores, que constituem a razão de ser da cooperativa, continuaram a ser o principal foco da actividade da SPA que tudo fez para os ajudar, com sentido humanista e solidário, mas sempre no cumprimento das normas em vigor.

Este apoio teve diversas componentes, cuja expressão material se encontra plasmada nas Demonstrações Financeiras, desde os adiantamentos por conta de distribuições futuras, até ao subsídio de emergência, passando pelos projectos financiados pelo Fundo Cultural ou pelo subsídio estatutário.

A cooperativa, em 2021 adiantou, na globalidade, direitos no valor de 1.740.311,82 Euros. Embora aquando das distribuições ocorridas ao longo do ano se for operando a sua amortização, este apoio representa uma ajuda imediata e evita que os titulares de direitos, com diversas necessidades prementes, tenham de esperar pelos períodos regulares de distribuição.

Foi igualmente assegurado o subsídio de emergência através da atribuição de 52.989,00 Euros a cooperadores que o solicitaram e que cumpriam os requisitos regulamentares para a sua atribuição.

O designado “Fundo Cultural”, proveniente da AGE COP, foi outro dos instrumentos que a cooperativa utilizou para apoiar a continuidade da actividade criativa dos autores, de acordo com o regulamento em vigor. Em 2021 foram aprovados, mediante concurso e nos termos do referido regulamento, 199 novos projectos culturais, no valor global superior a um milhão e meio de Euros e foi pago o valor de 1.631.536,88 Euros (acrescentado de IVA) relativo a projectos em curso.

O subsídio estatutário, apoio social atribuído aos cooperadores quando atingem a idade dos sessenta e cinco anos (ou a partir dos sessenta, mas com penalizações), foi integralmente assegurado e representou o valor global de 2.274.219,56 Euros.

Destaca-se que em 2021 mais 677 autores solicitaram a inscrição na SPA, numa média de quase 60 novos associados por mês, indicador significativo da confiança crescente nesta cooperativa.

Igualmente a SPA continuou a participar no grupo de trabalho criado pelo Ministério da Cultura para a discussão do “estatuto do profissional da cultura” e, embora os resultados finais estejam ainda longe do que seria desejável, sensibilizámos o MC para algumas especificidades dos autores e da cooperativa e ficou escrita a nossa posição na defesa dos interesses dos nossos associados.

A cooperativa, através dos seus serviços jurídicos, interveio em cerca de uma centena de processos, para além dos processos de contra-ordenação, de injunções ou de insolvência seja de pessoas individuais ou colectivas. Neste número estão incluídas algumas acções propostas contra a SPA, que, naturalmente, foram contestadas. Relativamente às acções propostas contra a cooperativa com valores mais ou menos relevantes, a SPA foi absolvida de todas elas. Refira-se ainda que, das decisões judiciais de que a cooperativa foi notificada, obteve-se ganho de causa em 94% (trinta e três em trinta e cinco).

No plano internacional prosseguiu a luta pela defesa dos criadores, tendo a SPA participado activamente, em todas as organizações a que pertence, na pressão efectuada junto do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do governo para que uma parte dos fundos provenientes do designado “pacote europeu” fossem destinados ao apoio à actividade cultural

A SPA colaborou no estudo – iniciado em 2020 - que o GESAC (Grupo Europeu das Sociedades de Autores e Compositores), cuja Direcção integra, efectuou em articulação com a consultora *Ernest Young* e com o apoio de inúmeras organizações internacionais, cujos resultados demonstram a crise brutal que o sector criativo enfrenta e assim continuará mas sem deixar de apresentar propostas concretas de atenuação e com vista à recuperação.

Ainda no plano internacional, a cooperativa continuou a participar, desta vez em modo virtual, nas reuniões, comités e assembleias gerais das diversas organizações, como a CISAC, o GESAC, a EVA, a SAA, a IFFRO ou a OMPI.

ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE DA COOPERATIVA

A SPA continuou a adoptar todas as medidas de contenção e de reorganização que tornam possível encerrar o exercício económico de 2021 com resultados operacional e



líquido positivo.

A Direcção manteve as suas reuniões mensais, por zoom, às quais assiste igualmente o Conselho Fiscal, e o Conselho de Administração reuniu semanalmente, quase sempre presencialmente, mantendo uma dinâmica essencial para que se tomassem as medidas certas no tempo certo.

Na sequência do plano que tinha sido elaborado imediatamente após a pandemia ter iniciado no país, em 2020, a SPA continuou a reformular o seu modelo de funcionamento, a recuperar receitas atrasadas, quer mediante processos judiciais ou acordos extrajudiciais, e a encontrar novas formas de receita também num processo de ajustamento e de adaptação às novas realidades.

O digital foi uma das áreas a que se deu uma atenção redobrada, mediante a renegociação de contratos e a celebração de outros, numa busca permanente de maximização da obtenção dos direitos devidos aos criadores pela utilização do seu trabalho.

A execução pública continuou a sofrer uma quebra acentuada na sua actividade, devido ao confinamento e às restrições ocorridas aquando da reabertura de alguns dos estabelecimentos, bem como da inexistência dos festivais de música ao vivo ou da reduzidíssima actividade de espectáculos em sala, ou até do fecho das discotecas, entre outros factores.

De destacar que em 2021 se renegociaram avenças com operadores televisivos num espírito de parceria que se apraz registar, processo assente na credibilidade e na confiança mútuas, bem como no reconhecimento do papel essencial que a actividade criativa representa para a sociedade em geral.

Repetimos, infelizmente, o que dissemos em 2020: o cenário é por demais conhecido, mas nunca será excessivo recordar que todos os sectores da actividade cultural foram violentamente atingidos, particularmente a música, as artes cénicas e todos os que implicam a presença de público.

A SPA manteve a consciência de que outros sectores da actividade económica também sofreram com a brutalidade desta crise e, por isso, esteve disponível para encontrar com



os agentes económicos as soluções justas para ambas as partes, num justo equilíbrio entre os interesses dos criadores e as dificuldades do mercado e dos agentes económicos.

2021 foi mais um ano que colocou à prova a nossa capacidade de estabelecer parcerias, de fazer pontes, de manter o diálogo e de honrar o espírito humanista que sempre norteou os autores e esta casa que os representa.

PROTEGER A SAÚDE DOS TRABALHADORES

Ainda antes de ser decretado o primeiro estado de emergência, em 2020, a SPA providenciou no sentido de que todos os trabalhadores pudessem entrar em regime de teletrabalho assim que fosse necessário. A salvaguarda da saúde dos trabalhadores constituiu um dos grandes objectivos da cooperativa, mas com a criação de condições para que a operacionalidade dos serviços não fosse posta em causa.

Deste modo, foi possível conciliar ambos os aspectos: manter os trabalhadores em segurança e garantir que todas as actividades e tarefas continuassem a ser asseguradas, o que aconteceu ao longo de todo o ano, seja em confinamento total, seja em regime híbrido.

Desde os procedimentos contabilísticos, o cumprimento das obrigações fiscais ou o processamento de salários, até às distribuições regulares e atempadas, passando pelas diversas áreas de licenciamento que continuaram a trabalhar e a lutar para minorar o impacto da quebra, ao apoio jurídico sempre presente e activo, às relações internacionais indispensáveis para termos mais sucesso nas nossas reivindicações, aos serviços de informática fundamentais para que tudo funcionasse, aos serviços logísticos, foram asseguradas as funções e deve ser dada uma palavra de reconhecimento ao modo como os dirigentes e os restantes trabalhadores rapidamente se adaptaram e foram encontrando formas de superar as dificuldades. Também por isso foi atribuído um prémio de desempenho aos trabalhadores em reconhecimento pela sua colaboração e pelo seu empenhamento.

A Medicina no trabalho continuou operacional, em diversas modalidades (consulta telefónica, digital ou presencial), e a cooperativa manteve os apoios sociais aos

trabalhadores como o apoio à infância, o seguro de saúde ou a entrega do cabaz de Natal.

A cooperativa assegurou igualmente, desde o início da pandemia, o fornecimento de máscaras, luvas, gel desinfetante a todos os trabalhadores e ao público, bem como seguiu todos os procedimentos de higienização das instalações recomendadas pela DGS.

CONCENTRAR O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS CENTRAIS NUM ÚNICO EDIFÍCIO

Os serviços centrais da SPA estavam dispersos por dois edifícios em Lisboa. No âmbito da reorganização dos serviços que se tinha iniciado no ano anterior foi decidido promover uma profunda e complexa alteração do modelo de trabalho, num primeiro momento para resposta às obrigações legais e numa fase seguinte tendo em vista a otimização dos recursos.

Com a adopção de um modelo híbrido, mediante o qual os serviços funcionam em equipa espelho, tornou-se possível proceder à reinstalação de todos os trabalhadores no edifício localizado na Duque de Loulé, com vantagens em termos de eficácia organizacional e de racionalidade económica.

Este processo de mudança, que foi conduzido com rigor e em total sintonia com os dirigentes e restantes trabalhadores, teve várias fases cruciais de que se destacam as seguintes: definição do modelo; identificação das áreas funcionais que mais se relacionam de modo a poderem ser (re)localizadas com proximidade física; definição do layout para a instalação dos sectores; realização de obras de adaptação dos espaços; aquisição de equipamento informático para atribuição aos trabalhadores; aquisição de cacifos individuais; reuniões individuais, por departamento, com todos os trabalhadores e respectivos dirigentes para explicar o modelo, as soluções encontradas e ouvir eventuais sugestões; mudança física.

Tudo ocorreu sem que nenhuma tarefa tivesse sido prejudicada, numa prova inequívoca da capacidade de organização e de gestão da cooperativa que conseguiu, não só



conceber um modelo complexo, mas funcional, como obter a adesão de todos.

GARANTIR A CONTINUIDADE DA SUA PRODUÇÃO CULTURAL

A persistente situação pandémica não impediu a SPA de continuar a sua actividade cultural, designadamente na área editorial. Foram publicadas as seguintes edições:

- Obra vencedora do Grande Prémio de Teatro 2020 - “Não me faças perder tempo”, de Luís António Coelho
- Obra Vencedora do Prémio Maria Velho da Costa - “Tornado”, de Teresa Noronha
- Obra “As Mulheres na Cultura”, coordenada por Ana Aranha
- Obra “Não me tapes o caminho em frente”, de Fernando Tordo
- Obra “Primeira Pessoa do Singular”, de Ana Araújo
- Obra “Memória de um Maestro”, de Álvaro Cassuto
- Obra “Amigo Paredes”, de Paulo Sérgio Santos
- Colecção “Fio da memória” – José Pacheco Pereira

Foram atribuídos os seguintes prémios:

- Prémio Pedro Osório 2021, atribuído a Rodrigo Leão
- Prémio Igrejas Caeiro 2021, atribuído a Cândido Mota
- Entrega do Prémio Igrejas Caeiro 2020, atribuído a João David Nunes
- Prémio José da Ponte 2021, atribuído a Luís Severo
- Entrega do Prémio José da Ponte 2020, atribuído a Samuel Úria
- Prémio Jornalismo Cultural 2021, atribuído a Alexandra Carita
- Entrega do Prémio Portugal a descobrir Portugal 2020, atribuído a Viviane
- Prémio Mariano Gago de Divulgação Científica 2021, atribuído a Manuel João Monte
- Prémio Língua Mãe 2021, atribuído a Paulo de Carvalho
- Prémio Vasco Granja 2021, atribuído a Alexandra Ramires



7

- Prémio Consagração de Carreira 2021, atribuído a Paulo de Carvalho
- Prémio Vida e Obra 2020/2021, atribuído a António Victorino D’Almeida
- Entrega do Prémio de Criatividade Tecnológica 2020, atribuído ao CeiiA e à Universidade do Minho
- Prémio Carlos do Carmo 2021, atribuído a Lina e Raul Refree.

Foi promovido pela cooperativa um grande concerto de homenagem aos 60 anos de carreira de Paulo de Carvalho, que teve lugar na Aula Magna, em substituição da tradicional gala. No entanto, mesmo sem a habitual gala, foram atribuídos os prémios Autor, nas suas oito categorias (Artes Visuais, Cinema, Literatura, Rádio, Dança, Televisão, Teatro e Música), tendo os nomes dos nomeados e dos respectivos vencedores sido divulgados publicamente no jornal “Expresso”, no site e nas redes sociais da SPA.

Foram inauguradas duas exposições:

- Ephemera | SPA – “A Face dos Livros” (a 22 de Abril)
- “Bernardo Santareno- o teatro como soberania e resistência” (Outubro).

Apesar das restrições vigentes, a SPA manteve a sua cooperação semanal com a TVI, a SIC, a CMTV e a TSF em programas que dão voz aos autores e à cultura e também deixam evidente a vitalidade criativa e organizativa da cooperativa que sabe ser solidária e organizar adequadamente os seus recursos e meios, reflectindo sobre o que o futuro irá ser tanto no plano criativo como no da gestão financeira e da indispensável e rigorosa cobrança e distribuição de direitos.

BREVES NOTAS SOBRE OS RESULTADOS CONTABILÍSTICOS

Seguidamente apresentaremos alguns aspectos que consideramos relevantes para a compreensão das Contas da cooperativa relativas ao exercício em apreço e ao seu enquadramento num contexto temporal mais lato.

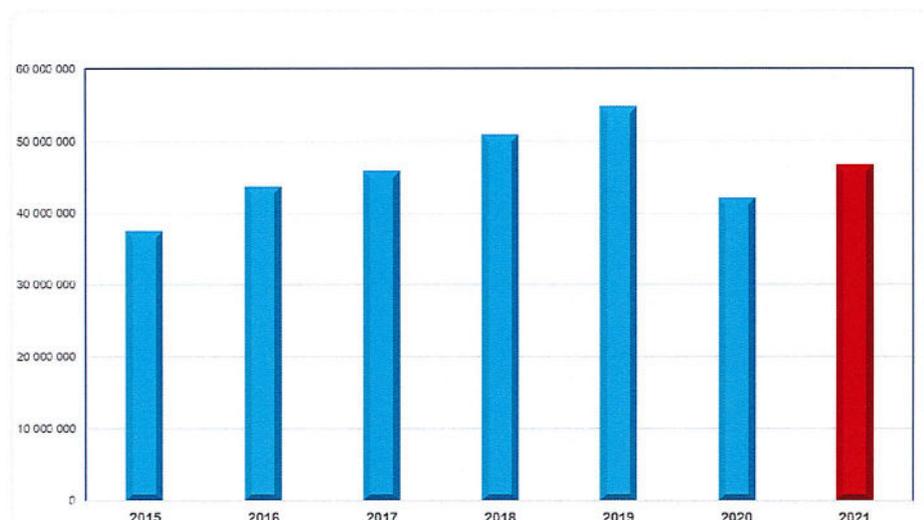
COBRANÇAS

Em 2021 as cobranças foram de 46.664.611,49 Euros o que representa uma recuperação face a 2020 e, embora distante de 2019, acima do cobrado em 2017. No entanto, são

números animadores e que representam um grande esforço dos serviços.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução da cobrança desde 2015:

EVOLUÇÃO DA COBRANÇA 2015-2021



GASTOS

No que diz respeito aos Fornecimentos e Serviços Externos, em 2021 verificou-se um aumento de 4,2% face a 2020, mas menos 11% do que havia sido gasto em 2019.

O aumento verificado face ao ano anterior justifica-se, essencialmente, pelo facto de 2020 ter sido um ano com períodos de confinamento total ou praticamente sempre em teletrabalho e, por outro lado, de em 2021 se ter reiniciado, dentro do possível, com mais intensidade a actividade – como demonstra o aumento da cobrança – o que implica um aumento de certos segmentos da despesa. Também a reunião dos serviços da sede num único edifício teve uma expressão nos gastos relacionados com a adaptação das instalações, quer ao nível tecnológico, quer ao nível de reparações e outros pequenos melhoramentos.

Para este ligeiro aumento, contribuíram rubricas como:

- Contencioso e notariado: +39,6%
- Material de escritório: +20,4%
- Trabalhos especializados: +23,9%

- Conservação e reparação: +9,5%
- Combustíveis: +9,1%

Ainda assim, houve rubricas em que se verifica uma diminuição, designadamente:

- Publicidade: -57,6%
- Limpeza: -38,8%
- Despesas de representação: -32,8%
- Electricidade: -16,2%
- Comunicações: -10,5%
- Vigilância: -32,1%

Em relação aos gastos com Pessoal e órgãos sociais verificou-se um decréscimo na ordem dos 3,34%, em consequência das rescisões ocorridas no ano anterior e da reorganização dos serviços em curso, não obstante se ter atribuído um prémio de desempenho – que representou 125.496,26€ - a todos os trabalhadores e de se ter mantido toda a política social de apoio, designadamente os relativos ao estímulo da natalidade e que atingiram o valor de 37.300 Euros.

APOIO SOCIAL AOS COOPERADORES

A cooperativa em 2021 manteve o apoio solidário aos seus cooperadores, com o valor global de 2.468.668,48 Euros, tendo o subsídio estatutário registado o valor de 2.274.219,56 Euros, em linha com o verificado no ano anterior.

RESULTADO OPERACIONAL

Em 2021 a SPA apresenta um resultado operacional positivo de 673.658.91 Euros.

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2021 a SPA apresenta um resultado líquido positivo de 673.658.91 Euros, o que já traduz uma evolução positiva face ao ano anterior e representa o esforço de gestão que foi levado a cabo.

DOZE LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA 2022

1. Combater qualquer processo político e legislativo que enfraqueça, fragilize ou ameace os autores e a sociedade que os representa e exigir medidas adequadas e justas para enfrentar a adversidade.
2. Lutar para que seja efectuada a revisão do Código do Direito de Autor, criado o Estatuto do Autor Português e transpostas com competência e celeridade as Directivas comunitárias no âmbito do mercado único digital e do cabo satélite.
3. Reivindicar junto do poder político que sejam destinadas verbas do chamado “pacote europeu”, de forma justa, ao sector criativo, bem como a criação da taxa sobre os lucros das grandes plataformas, vulgo “GAFA”.
4. Promover o crescimento da cooperativa, com o gradual retorno das cobranças aos níveis anteriores à pandemia, e continuar a garantir a sua sustentabilidade através de uma gestão rigorosa e estratégica.
5. Prosseguir o processo de modernização da cooperativa, através da reorganização de serviços e da qualificação dos trabalhadores, sempre com o objectivo de proceder a distribuições céleres e a servir os autores cada vez melhor.
6. Continuar a capacitar a cooperativa para o desafio colocado pelo digital de forma a encontrar respostas inovadoras e soluções eficazes para os gigantescos combates que enfrentamos.
7. Continuar a garantir o justo apoio aos cooperadores, quer através dos mecanismos de solidariedade social como, entre outros, o subsídio estatutário, quer por via dos concursos do Fundo Cultural.
8. Reforçar ainda mais os níveis de reconhecimento internacionais da SPA e o papel que a cooperativa pode desempenhar no mundo globalizado, com papéis de destaque nas organizações fundamentais para o direito dos autores a nível internacional.
9. Continuar a sustentar a nossa posição privilegiada e pioneira no espaço lusófono, ajudando a criar e a desenvolver novos mercados em benefício de todos os criadores.
10. Divulgar cada vez mais os autores e as suas obras e sensibilizar a população em geral para a importância do trabalho criativo.
11. Atrair novos autores e autores novos de forma a assegurar a pluralidade, a abrangência e a renovação da cooperativa.

12. Continuar a política de abertura da cooperativa à sociedade tornando-a cada vez mais uma instituição credível e respeitada, ouvida nos fóruns nacionais e internacionais, designadamente através da aposta em estruturas que possam contribuir para aumentar a sua área de intervenção.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando o disposto no artº 54º dos Estatutos da SPA, a Direcção propõe que seja afecto o valor de 606.293,02 Euros para a reserva legal e o valor de 67.365,89 Euros para resultados transitados.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2022

A Direcção





SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	6 234 860,06	6 554 708,15
Propriedades de investimento		478 312,06	502 273,31
Ativos intangíveis	7	698 991,51	948 696,48
Outros ativos não correntes	8	29 773,83	162 575,27
Total do ativo não corrente		<u>7 441 937,46</u>	<u>8 168 253,21</u>
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	7 986 943,79	7 656 145,38
Outros ativos correntes	8	140 000,00	20 000,00
Outros créditos a receber	10	560 602,91	580 654,84
Diferimentos		48 742,13	91 796,22
Caixa e depósitos bancários	4	49 169 542,26	50 117 640,49
Total do ativo corrente		<u>57 905 831,09</u>	<u>58 466 236,93</u>
Total do ativo		<u>65 347 768,55</u>	<u>66 634 490,14</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	15 139,47	14 743,11
Reserva legal	12	4 372 841,04	4 159 123,96
Reservas estatutárias	12 e 23	721 939,73	1 283 214,88
Resultados transitados	12	(13 364 888,68)	(13 458 417,70)
Outros ajustamentos em ativos financeiros	12	(548 881,74)	(573 624,74)
Outras variações no capital próprio	12	97 875,00	97 875,00
		<u>(8 705 975,18)</u>	<u>(8 477 085,49)</u>
Resultado líquido do exercício		673 658,91	234 013,42
Total do capital próprio		<u>(8 032 316,27)</u>	<u>(8 243 072,07)</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	14	804 411,64	900 888,64
Total do passivo não corrente		<u>804 411,64</u>	<u>900 888,64</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Provisões	13	7 316,38	7 316,38
Fornecedores	11	59 447 787,74	63 249 599,67
Clientes, faturas em conferência	9	8 592 320,96	7 950 309,47
Estado e outros entes públicos	15	959 673,80	710 467,61
Outras dívidas a pagar	16	1 301 054,95	988 166,30
Diferimentos	17	2 267 519,35	1 070 814,14
Total do passivo corrente		<u>72 575 673,18</u>	<u>73 976 673,57</u>
Total do passivo		<u>73 380 084,82</u>	<u>74 877 562,21</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>65 347 768,55</u>	<u>66 634 490,14</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Silva Soares Ferreira Soares

A DIRECÇÃO



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Serviços prestados	18	8 338 827,80	7 623 917,19
Trabalhos para a própria entidade	7	118 014,64	206 586,74
Fornecimentos e serviços externos	19	(1 950 233,20)	(1 872 436,49)
Gastos com o pessoal	20	(5 112 194,47)	(5 288 704,22)
Imparidade de dívidas a receber ((aumentos) / reduções)	10	97 206,40	(163 729,63)
Outros rendimentos	21	347 881,88	837 643,05
Outros gastos	22	(398 973,76)	(358 561,67)
Resultado antes de depreciação e de amortização, gastos de financiamento e impostos		1 440 529,29	984 714,97
Gastos de depreciação e amortização	23	(766 870,38)	(750 701,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		673 658,91	234 013,42
Resultado líquido do exercício		673 658,91	234 013,42

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

João José Fernandes

A DIRECÇÃO

[Handwritten signatures]

SOCIETATE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

SOCIETATE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Reservas estatutárias	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2019		14 565,77	2 784 903,47	1 681 868,89	(13 618 792,00)	(612 102,74)	97 875,00	1 524 361,66	(8 127 319,95)
Aumentos	12	425,00	2 295,00	2 072 466,75	7 938,13	-	-	-	2 083 124,88
Diminuições	12	(247,66)	-	(2 471 120,76)	-	-	-	-	(2 471 368,42)
Aplicação do resultado de 2019	12	-	1 371 925,49	-	152 436,17	-	-	(1 524 361,66)	-
Ganhos actuariais	12 e 14	-	-	-	-	38 478,00	-	-	38 478,00
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	234 013,42	234 013,42
Saldo em 31 de dezembro de 2020		14 743,11	4 159 123,96	1 283 214,88	(13 458 417,70)	(573 624,74)	97 875,00	234 013,42	(8 243 072,07)
Aumentos	12	575,00	3 105,00	1 907 393,33	70 127,68	-	-	-	1 981 201,01
Diminuições	12	(178,64)	-	(2 468 668,48)	-	-	-	-	(2 468 847,12)
Aplicação do resultado de 2020	12	-	210 612,08	-	23 401,34	-	-	(234 013,42)	-
Ganhos actuariais	12 e 14	-	-	-	-	24 743,00	-	-	24 743,00
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(548 881,74)	-	673 658,91	673 658,91
Saldo em 31 de dezembro de 2021		15 139,47	4 372 841,04	721 939,73	(13 364 888,68)	(548 881,74)	97 875,00	673 658,91	(8 032 316,27)

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Silva Paulo Faria Soares

A DIRECÇÃO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		46 664 611,49	42 139 262,27
Pagamentos a fornecedores		(43 249 037,87)	(39 855 940,45)
Pagamentos ao pessoal		(5 087 308,04)	(6 445 433,06)
Fluxos gerados pelas operações		<u>(1 671 734,42)</u>	<u>(4 162 111,24)</u>
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		1 344 117,25	980 322,03
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>(327 617,17)</u>	<u>(3 181 789,21)</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(55 508,71)	(34 629,63)
Investimentos financeiros		(7 198,56)	(6 787,96)
		<u>(62 707,27)</u>	<u>(41 417,59)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>(62 707,27)</u>	<u>(41 417,59)</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Aumentos de capital e de reservas estatutárias	12	<u>1 911 073,33</u>	<u>2 075 186,75</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e de reservas estatutárias	12	<u>(2 468 847,12)</u>	<u>(2 471 368,42)</u>
		<u>(2 468 847,12)</u>	<u>(2 471 368,42)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(557 773,79)</u>	<u>(396 181,67)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(948 098,23)	(3 619 388,47)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	50 117 640,49	53 737 028,96
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	49 169 542,26	50 117 640,49

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. ("SPA") é uma cooperativa de responsabilidade limitada sem fins lucrativos, com sede em Lisboa e foi constituída em 1925. Enquadra-se no regime especial previsto no artigo 15º da Lei nº 26/2015 de 14 de Abril, detendo por esta via a natureza de pessoa colectiva de utilidade pública. O seu objecto social é a gestão do direito de autor e a defesa e promoção de bens culturais. A sua actividade principal consiste na administração, em representação dos seus cooperadores, beneficiários e membros de sociedades estrangeiras congéneres, das obras literárias e artísticas de cujos direitos de autor estes sejam titulares.

O quadro jurídico-institucional de funcionamento da SPA apoia-se em termos de legislação nacional no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85 e alterado pelas Leis n.º 45/85, de 17 de Setembro, e n.º 114/91, de 3 de Setembro, Decretos-Lei n.ºs 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, pela Lei nº 50/2004, de 24 de Agosto, pela Lei nº 24/2006 de 30 de Junho, pela Lei nº 16/2008, de 1 de Abril, pela Lei nº 26/2015 de 14 de Abril e pelo Decreto-Lei nº 100/2017 de 23 de Agosto, substituídos posteriormente pelo Decreto-Lei nº 89/2019 de 4 de julho de 2019 que altera a lei de 2015, que transpõe a Directiva nº 2014/26/UE de 26 de Fevereiro de 2014 e pelo Código Cooperativo. Em termos internacionais, a actividade da SPA inscreve-se no âmbito da Convenção de Berna de 1886 e na Convenção Universal de 1952, ambas revistas em 1971.

Na presente data, a SPA ainda aguarda decisão judicial em relação à aprovação das demonstrações financeiras de 2019 e 2020, em resultado de uma impugnação da Assembleia Geral onde aqueles assuntos tinham sido discutidos e aprovados por larga maioria. É convicção da Direcção que estas impugnações serão sanadas no curto prazo sem impactos para a SPA.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Direcção, na reunião de 23 de Fevereiro de 2022. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Cooperadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

É entendimento da Direcção que o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras da SPA, com referência a 31 de Dezembro de 2021, se mantém apropriado e que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da SPA, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de Agosto de 2009, republicadas nos avisos 8254/2015, 8255/2015, 8256/2015, 8257/2015, 8258/2015 e 8259/2015, de 29 de Julho, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. As políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da SPA, de acordo com as NCRF, em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direcção procedeu à avaliação da capacidade da SPA operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efectuada, a Direcção verificou que existe um desequilíbrio financeiro da situação patrimonial da SPA uma vez que o total do seu passivo corrente é superior ao ativo corrente em 14 669 842 Euros (15 510 437 Euros em 31 de Dezembro de 2020) e o capital próprio é negativo em 8 032 316 Euros (8 243 072 Euros em 31 de Dezembro de 2020). Contudo, a SPA tem vindo a apresentar resultados operacionais e líquidos positivos nos últimos exercícios, verificando-se um nível de cobranças ascendente de ano para ano, com a exceção dos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, onde as mesmas sofreram um decréscimo devido aos efeitos extraordinários, causados pela pandemia da Covid-19.

Adicionalmente, há que realçar o facto do passivo corrente da SPA em 31 de Dezembro de 2021 representar, essencialmente, (i) direitos de autor a distribuir aos seus titulares no montante de 33.443.584 Euros, (ii) direitos a liquidar aos seus titulares no montante de 26.004.204 Euros, os quais seguem as regras de distribuição previstas no Regulamento Geral de Repartição dos Direitos, tendo a SPA até três anos para proceder à sua identificação e pagamento, e (iii) facturas em recepção e conferência no montante de 8.592.321 Euros, representando esta rubrica a contrapartida da facturação emitida aos clientes por conta dos autores. Neste sentido, a Direcção concluiu que, atento os prazos de pagamento do seu passivo, a geração de fluxos de caixa operacionais e o nível das suas disponibilidades, a SPA dispõe de recursos financeiros adequados para manter as actividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, com exceção da biblioteca, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	6 - 8

A biblioteca, incluída na rubrica "Outros activos fixos tangíveis", encontra-se registada pelo justo valor, determinada por avaliação efectuada por entidade especializada e independente, e não se encontra a ser depreciada. Periodicamente, a Direcção da SPA solicita uma aferição do seu justo valor, nomeadamente quando a composição da mesma se altere de forma relevante que justifique uma nova avaliação.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário das operações.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica "Propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante a sua vida útil, estimada em 50 anos.

3.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis referem-se, essencialmente, a desenvolvimentos do programa informático SPA Digital, encontrando-se registados ao custo de aquisição e são amortizados pelo método das quotas constantes no período de vida útil, estimado entre 3 e 8 anos.

3.5. Imparidade de activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato, é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento da SPA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a SPA se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial usando o método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os activos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Fornecedores; e
- Outras dívidas a pagar;

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os juros obtidos de depósitos a prazo resultantes das aplicações dos direitos recebidos são registados, na demonstração dos fluxos de caixa em actividades operacionais.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados ao custo amortizado são sujeitos a avaliação de indícios de imparidade em cada data de relato sempre que se observem indícios de que os mesmos possam estar em imparidade. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados negativamente.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber" no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta é revertida por resultados. A reversão é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A SPA desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A SPA desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Trabalhos para a própria entidade

Os gastos internos (essencialmente mão-de-obra) incorridos na formação de activos, cumpridos os requisitos referidos no normativo contabilístico que o permitem, são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração dos resultados, na rubrica "Trabalhos para a própria entidade". Os gastos incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como gastos no exercício em que ocorrem.

3.8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a SPA tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação que seja considerada como provável. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9. Rédito

O rédito proveniente das comissões da SPA sobre os direitos de autor cobrados junto dos operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e rádios é registado de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Adicionalmente, o rédito proveniente das comissões da SPA sobre os direitos de autor cobrados (Área de Letras e Artes, Reprodução Mecânica, Novas Tecnologias e Execução Pública) é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a cobrança efectiva dos direitos e é efetuada a sua distribuição, uma vez que apenas nesta data é possível determinar com fiabilidade o valor do rédito.

3.10. Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são facturados. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujos pagamentos e recebimentos apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como os pagamentos e recebimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas "Outras dívidas a pagar", "Outros créditos a receber" e "Diferimentos".

3.11. Benefícios pós-emprego

A SPA tem as seguintes responsabilidades assumidas:

(i) Compromissos perante empregados - Pré-reformados e reformados

Relativamente aos pré-reformados, a SPA assumiu, em anos anteriores, a obrigação de pagar a um conjunto de empregados uma parte do seu salário até que estes atinjam a idade da reforma. Este grupo está fechado a novos participantes. No que se refere aos reformados, a SPA assumiu a responsabilidade de pagar complementos de reforma a um conjunto de ex-empregados que se encontram reformados, estando este grupo fechado a novos participantes. A SPA não tem constituído qualquer fundo para financiar estas obrigações, mantendo registado no passivo o valor estimado destas responsabilidades.

(ii) Compromissos perante cooperadores

A SPA assumiu o compromisso de efectuar o pagamento, aos cooperadores e cônjuges sobreviventes que tenham cumprido determinadas condições, de uma quantia equivalente à média dos direitos de autor que lhes tenham sido creditados nos dez melhores anos e metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes. Para fazer face a este compromisso, a SPA retém comissões de determinados direitos, as quais conforme definido nos seus estatutos, são registadas directamente em capital próprio (Nota 12). Em cada um dos exercícios, aquela reserva é utilizada pelos montantes pagos aos cooperadores e cônjuges sobreviventes. Os fluxos associados à retenção das comissões e ao pagamento aos cooperadores são classificados como actividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

3.12. Classificação do balanço

São classificados no activo corrente os activos que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações da SPA, ou que são detidos com a intenção de transacção em prazo inferior a um ano. Os passivos correntes representam passivos cuja exigibilidade a SPA não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

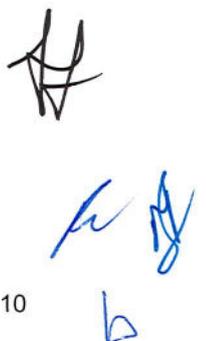
Os principais juízos de valor e estimativas na preparação das demonstrações financeiras anexas doras os seguintes:

- Perdas por imparidade de valores a receber de autores
- Perdas por imparidade de valores a receber de delegados

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem perda significativa de valor. Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, detalha-se conforme segue:

	2021	2020
Numerário	4.994,00	7.619,12
Depósitos bancários	49.164.548,26	50.110.021,37
Caixa e seus equivalentes	49.169.542,26	50.117.640,49



Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

Os depósitos bancários, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, têm o seguinte detalhe:

Depósitos a prazo:	2021	2020
Millennium BCP	11.059.818,01	59.799,53
BPI	6.509.754,87	6.509.754,87
Santander Totta	5.000.000,00	8.000.000,00
Caixa Geral de Depósitos	3.000.000,00	3.000.000,00
Novo Banco	1.600.000,00	1.600.000,00
Abanca	-	1.000.000,00
BIG	-	200.000,00
Total Depósitos a prazo	27.169.572,88	20.369.554,40
Depósitos à ordem:	2021	2020
Millennium BCP	13.989.483,52	23.990.146,58
Caixa Geral de Depósitos	5.106.827,23	1.976.793,04
Abanca	1.340.194,83	339.383,15
Santander Totta	1.273.606,89	3.355.629,64
BIG	201.462,05	1.233,94
Montepio Geral	52.484,02	52.607,02
BPI	21.679,38	21.802,38
Novo Banco	9.237,46	2.871,22
Total Depósitos à ordem	21.994.975,38	29.740.466,97
Total de depósitos bancários	49.164.548,26	50.110.021,37

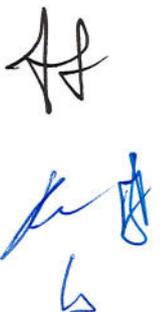
Os depósitos bancários geralmente vencem-se num prazo igual ou inferior a seis meses ou, nos casos em que o prazo de vencimento é superior àquele período, podem ser antecipadamente mobilizados sem perda significativa de valor. São remunerados a taxas normais de mercado.

5. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS, POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas, alterações significativas de estimativas ou identificação de erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:



2021						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial	2.137.500,00	6.662.500,00	334.913,54	1.440.212,14	883.326,64	11.458.452,32
Aquisições	-	-	-	48.372,82	382,88	48.755,70
Alienações e abates	-	-	-	(27.344,93)	(49,99)	(27.394,92)
Saldo final	2.137.500,00	6.662.500,00	334.913,54	1.461.240,03	883.659,53	11.479.813,10
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	-	3.023.985,05	334.913,54	1.304.280,19	240.565,39	4.903.744,17
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	251.998,75	-	109.446,57	7.068,36	368.513,68
Alienações e abates	-	-	-	(27.254,82)	(49,99)	(27.304,81)
	-	3.275.983,80	334.913,54	1.386.471,94	247.583,76	5.244.953,04
Ativo líquido	2.137.500,00	3.386.516,20	-	74.768,09	636.075,77	6.234.860,06

2020						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial	2.137.500,00	6.662.500,00	335.564,37	1.426.297,12	882.239,62	11.444.101,11
Aquisições	-	-	-	26.953,96	1.087,02	28.040,98
Alienações e abates	-	-	(650,83)	(13.038,94)	-	(13.689,77)
Saldo final	2.137.500,00	6.662.500,00	334.913,54	1.440.212,14	883.326,64	11.458.452,32
Depreciações acumuladas:						
Saldo inicial	-	2.771.986,30	335.564,37	1.177.753,46	230.529,88	4.515.834,01
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	251.998,75	-	139.565,67	10.035,51	401.599,93
Alienações e abates	-	-	(650,83)	(13.038,94)	-	(13.689,77)
	-	3.023.985,05	334.913,54	1.304.280,19	240.565,39	4.903.744,17
Ativo líquido	2.137.500,00	3.638.514,95	-	135.931,95	642.761,25	6.554.708,15

As aquisições de equipamento administrativo, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, respeitam essencialmente a material informático, nomeadamente, de computadores portáteis).

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi como segue:

	2021			2020		
	Software	Ativos intangíveis em curso	Total	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor bruto:						
Saldo inicial	3.594.495,83	213.262,58	3.807.758,41	3.198.839,51	395.656,32	3.594.495,83
Aquisições	-	124.690,48	124.690,48	-	213.262,58	213.262,58
Transferências	206.586,74	(206.586,74)	-	395.656,32	(395.656,32)	-
Saldo final	3.801.082,57	131.366,32	3.932.448,89	3.594.495,83	213.262,58	3.807.758,41
Amortizações acumuladas:						
Saldo inicial	2.859.061,93	-	2.859.061,93	2.533.921,56	-	2.533.921,56
Amortizações do exercício (Nota 23)	374.395,45	-	374.395,45	325.140,37	-	325.140,37
Saldo final	3.233.457,38	-	3.233.457,38	2.859.061,93	-	2.859.061,93
Ativo líquido	567.625,19	131.366,32	698.991,51	735.433,90	213.262,58	948.696,48

Os activos intangíveis em curso referem-se a desenvolvimentos aplicativos que iniciarão a sua utilização em 2022.

As aquisições efectuadas nos exercícios de 2021 e 2020 referem-se, essencialmente, a desenvolvimentos do programa informático SPA Digital, efectuados pelo departamento interno de informática tendo em conta



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

os requisitos definidos na Nota 3.7., os quais, ascenderam a 118.014,64 Euros e 206.586,74 Euros, respectivamente.

8. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica respeita a:

	2021		2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Obrigações do Tesouro (a)	140.000,00	-	20.000,00	140.000,00
Outros	-	29.773,83	-	22.575,27
	140.000,00	29.773,83	20.000,00	162.575,27

- (a) Obrigações do Tesouro ("OT's") de rendimento variável, num montante de 140.000 Euros com maturidade em 12 de Abril de 2022, com pagamento de juros semestrais calculados à taxa Euribor 6 meses acrescida de 1,90%. O valor de mercado destas OT's, em 31 de Dezembro de 2021, ascende a 140.672 Euros.

9. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos com clientes tinham a seguinte composição:

	2021	2020
<u>Saldos devedores:</u>		
Clientes, conta corrente (a)	7.657.466,98	7.388.607,58
Valores por faturar (b)	329.476,81	267.537,80
	7.986.943,79	7.656.145,38
<u>Saldos credores:</u>		
Clientes, faturas em conferência (a)	8.592.320,96	7.950.309,47

- (a) Os direitos autorais são facturados aos clientes por conta dos autores, sendo essa facturação registada por contrapartida da rubrica "Clientes, facturas em conferência". Aquando da cobrança dos direitos autorais, a rubrica "Clientes, facturas em conferência" é reduzida por contrapartida de "Fornecedores - Direitos a distribuir" (Nota 11).
- (b) Valores por facturar a operadores de televisão, de serviços de televisão por subscrição e de rádio, sendo os valores estimados relativos, essencialmente, à NOS, MEO e Vodafone. No decurso do exercício de 2022, estes montantes serão totalmente facturados.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de outros créditos a receber detalham-se como segue:

	2021			2020		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Adiantamentos a autores	959.870,89	(569.401,43)	390.469,46	1.103.128,78	(651.518,23)	451.610,55
Valores a receber de delegados e representantes	477.473,36	(318.952,85)	158.520,51	380.918,53	(334.042,45)	46.876,08
Outros	11.612,94	-	11.612,94	82.168,21	-	82.168,21
	1.448.957,19	(888.354,28)	560.602,91	1.566.215,52	(985.560,68)	580.654,84

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas perdas por imparidade dos outros créditos a receber, detalha-se como segue:



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2019	Utilização	Reforços	31.12.2020	Reversão	31.12.2021
Adiantamentos a autores	572.002,81	-	79.515,42	651.518,23	(82.116,80)	569.401,43
Valores a receber de delegados e representantes	255.018,92	(5.190,68)	84.214,21	334.042,45	(15.089,60)	318.952,85
	827.021,73	(5.190,68)	163.729,63	985.560,68	(97.206,40)	888.354,28

11. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos com fornecedores tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores - conta corrente:		
Autores (a)	22 009 147,27	20 491 324,53
Sociedades estrangeiras (a)	3 995 056,49	4 020 689,17
	26 004 203,76	24 512 013,70
Fornecedores - Direitos a distribuir (b)	33 443 583,98	38 737 585,97
	59 447 787,74	63 249 599,67

- (a) Os valores incluídos nestas rubricas correspondem aos direitos já cobrados e pendentes de pagamento aos respectivos titulares.
- (b) Direitos já cobrados e pendentes de pagamento, aguardando a identificação dos respectivos titulares e que apresentam a seguinte antiguidade:

	2021	2020
Ano 2021	18.958.170,77	19.281.036,93
Ano 2020	5.828.741,70	7.922.848,20
Ano 2019	6.496.744,87	9.417.265,46
Anteriores a 2018 (i)	2.159.926,64	2.116.435,38
	33.443.583,98	38.737.585,97

- (i) Apesar da legislação prever a distribuição dos direitos de autor com antiguidade superior a 3 anos e após desenvolver os esforços de identificação dos autores, para os valores com antiguidade superior a 3 anos, a Direcção da SPA entende que não estão reunidas as condições de distribuição dado se encontrarem divergências em curso naqueles direitos, pelo que só irão ser distribuídos após o término das mesmas.

12. CAPITAL PRÓPRIO

O capital subscrito da SPA, de acordo com os respectivos estatutos, é variável, sendo no mínimo de 2.500 Euros. Em 31 de Dezembro de 2021, o capital encontra-se representado por 3.886 títulos, de valor nominal variável entre 0,5 Euros e 5 Euros. As entradas mínimas de capital a subscrever integralmente por cada cooperador são de 25 Euros, representadas por 5 títulos nominativos de 5 Euros cada.

No caso de falecimento de cooperadores, os títulos subscritos serão reembolsados aos respectivos herdeiros, segundo o seu valor nominal corrigido nos termos do n.º 4 do artigo 23º do Código Cooperativo.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o movimento do capital subscrito foi como segue:



SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES, C.R.L.
RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Montantes expressos em Euros)

	2021	2020
Saldo inicial	14.743,11	14.565,77
Aumentos:		
Admissão de novos cooperadores	575,00	425,00
Diminuições:		
Falecimento de cooperadores	(178,64)	(247,66)
Saldo final	15.139,47	14.743,11

Reserva legal - O artigo 54º dos estatutos da SPA estabelece que 90% do valor das jóias pagas pelos cooperadores, quando admitidos enquanto tal, têm de ser destinados ao reforço da reserva legal e 90% do valor dos excedentes anuais líquidos têm de ser destinados ao reforço desta reserva. Esta reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foram admitidos 23 e 17 cooperadores, respectivamente, tendo cada um deles pago uma jóia de 150 Euros.

Reservas estatutárias - Os estatutos da SPA, nos seus artigos 55º e 56º, estabelecem a constituição das seguintes reservas:

a) Reserva para a educação e formação cooperativa

Destina-se a cobrir as despesas com essas actividades, bem como com a formação cultural e técnica dos cooperadores e dos empregados da SPA. Esta reserva constitui-se através das seguintes dotações:

- Dez por cento do valor das jóias pagas e dez por cento dos excedentes anuais líquidos; e
- Pelos donativos e subsídios que forem especialmente destinados às finalidades da reserva.

b) Reserva social, que se destina a:

- A assegurar aos cooperadores com idade superior a sessenta anos de acordo com o definido na Nota 25, que tenham sido admitidos nesta qualidade há mais de cinco anos e o requeiram à Direcção, uma quantia anual vitalícia equivalente à média dos direitos que lhe tenham sido creditados nos dez anos em que esses direitos tenham atingido os valores mais elevados, e metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes;
- A conceder subsídios aos cooperadores afectados de invalidez permanente, quando não se encontram abrangidos pela alínea anterior, sendo estes subsídios aprovados pela Administração; e
- A contribuir para a cobertura de outros riscos em benefício dos cooperadores.

Estas reservas constituem-se, essencialmente, através das comissões para fins assistenciais cobradas pela SPA que, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, corresponderam a 5% dos direitos de autor cobrados relativos a Representação, Edição e Audiovisual e 10% dos direitos de autor cobrados nos restantes direitos, com excepção dos direitos de Reprodução Mecânica e Direitos Conexos.

O movimento das reservas estatutárias, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foi o seguinte:

	31.12.2020	Aumentos	Reduções	31.12.2021
Reservas estatutárias	1 283 214,88	1 907 393,33	(2 468 668,48)	721 939,73

	31.12.2019	Aumentos	Reduções	31.12.2020
Reservas estatutárias	1 681 868,89	2 072 466,75	(2 471 120,76)	1 283 214,88

Os aumentos ocorridos, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, nas reservas estatutárias resultam das deduções efectuadas ao longo do exercício ao valor dos direitos autorais cobrados, de comissões para fins assistenciais ou culturais, de acordo com o artigo 44º dos estatutos e têm a seguinte composição:

	2021	2020
Reserva social	1 907 048,33	2 072 211,75
Reserva para a educação e formação cooperativa	345,00	255,00
	1 907 393,33	2 072 466,75

Quanto às diminuições, estas apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Direitos creditados a cooperadores e cônjuges sobreviventes (Nota 25)	2.274.219,56	2.267.729,98
Despesas com fins culturais (a)	110.556,43	89.728,3
seguros de vida e de acidentes pessoais de cooperadores	83.892,49	113.662,48
	2.468.668,48	2.471.120,76

(a) Nesta rubrica são registadas despesas de diversas naturezas, relativas a manifestações ou eventos culturais promovidos ou participados pela SPA, incluindo as despesas suportadas com as primeiras audições de obras.

Outros ajustamentos em activos financeiros – Esta rubrica reflecte o montante de ganhos ou perdas actuariais líquidas reconhecidas pela SPA relativamente aos benefícios pós-emprego (Nota 14). O movimento desta rubrica vem como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	612.102,74
Reduções (Nota 14)	(38.478,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	573.624,74
Reduções (Nota 14)	(24.743,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	548.881,74

Outras variações no capital próprio - Durante o exercício de 2010, foi doada à SPA a Casa Rebordão Navarro que, com base numa avaliação de perito especializado e independente, foi registada pelo valor de 97.875,00 Euros na rubrica "Propriedades de investimentos" por contrapartida desta rubrica.

Aplicação de resultados de 2020: Na Assembleia Geral de Cooperadores realizada em 30 de Março de 2021, foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2020 para resultados transitados (23.401,34 Euros) e para reserva legal (210.612,08 Euros).

Aplicação de resultados de 2019: Na Assembleia Geral de Cooperadores realizada em 29 de Junho de 2020, foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2019 para resultados transitados (152.436,17 Euros) e para reserva legal (1.371.925,49 Euros).

13. PROVISÕES

Esta rubrica refere-se a provisões e tem como objectivo cobrir responsabilidades relacionadas com a actividade da SPA e foi determinada pela Direcção, com o apoio dos seus consultores legais, com base na avaliação dos riscos que lhe estão subjacentes.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nas rubricas de provisões foram como segue:



	31.12.2019	Utilizações	31.12.2020	Utilizações	31.12.2021
Responsabilidades estimadas pela SPA	950.000,00	(942.683,62)	7.316,38	-	7.316,38

A SPA é parte em diversos processos judiciais, embora o risco de perda de alguns não seja graduado pela Direcção, com base na opinião dos seus consultores legais, como provável. A utilização desta rubrica, no exercício de 2020, reflete os pagamentos efetuados pela SPA, decorrente de um processo que findou neste exercício.

14. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os estudos actuariais com referência a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, obtidos para mensurar a responsabilidade da SPA, são elaborados por uma entidade independente e especializada, foram elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projectada” e utilizaram os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2021	2020
Pressupostos financeiros		
Taxas de desconto:		
Salários de pré-reformados	n.a.	n.a.
Reformados	1,09%	0,72%
Taxa de crescimento salarial	0,00%	0,00%
Taxa de actualização das pensões	0,00%	0,00%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Idade da reforma	66	66

A taxa anual de desconto das responsabilidades foi estimada com base em taxas de rendimento de longo prazo de obrigações da zona Euro de elevado *rating* à data das demonstrações financeiras, com maturidades equiparáveis às das responsabilidades da SPA.

Os pressupostos demográficos considerados pela SPA têm por base as tábuas de mortalidade geralmente aceites para efeitos de valorização actuarial, sendo estas tabelas ajustadas periodicamente de modo a reflectir a experiência de mortalidade ocorrida no universo fechado dos participantes destes planos. Em 31 de Dezembro de 2021, o número de beneficiários de complementos de reforma ascendia a 11 (12 em 31 de Dezembro de 2020). Estas responsabilidades construtivas são assumidas pela SPA perante alguns dos seus ex-empregados.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o impacto total das alterações dos pressupostos actuariais correspondeu a um ganho líquido de 24.743 Euros e 38.478 Euros, respectivamente, tendo estes montantes sido reconhecidos directamente no capital próprio, conforme normativo contabilístico aplicável.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas responsabilidades projectadas da SPA foi como segue:

	Aposentados	Reformados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	47.218,98	980.043,92	1.027.262,90
Ganhos/(perdas) actuariais (Nota 12)	(36.107,00)	(2.371,00)	(38.478,00)
Pagamento de benefícios	(11.146,00)	(84.730,28)	(95.876,28)
Custo dos juros	34,02	7.946,00	7.980,02
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(,00)	900.888,64	900.888,64
Ganhos/(perdas) actuariais (Nota 12)		(24.743,00)	(24.743,00)
Pagamento de benefícios		(77.937,00)	(77.937,00)
Custo dos juros		6.203,00	6.203,00
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(,00)	804.410,36	804.411,64

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Estado e outros entes públicos” detalhava-se como segue:

	2021	2020
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	866.924,72	618.859,70
Imposto sobre o valor acrescentado	4.350,94	2.927,54
Contribuições para a segurança social	88.398,14	88.680,37
	959.673,80	710.467,61

A SPA está isenta de pagamento de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, nos termos do disposto na Lei n.º 151/99 de 14 de Setembro. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a correcção por parte da Segurança Social, durante um período de cinco anos.

16. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outras dívidas a pagar” detalhava-se como segue:

	2021	2020
Acréscimos de gastos (a)	1.057.464,86	717.001,01
Direitos a distribuir cobrados por delegados	83.953,30	86.145,01
Outros	159.636,79	185.020,28
	1.301.054,95	988.166,30

(a) Nesta rubrica estão registadas, essencialmente, as remunerações a liquidar que nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 ascenderam a 759.646,04 Euros e 648.332,30 Euros, respectivamente.

17. DIFERIMENTOS

Os diferimentos reconhecidos pela SPA nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, correspondem ao fundo de apoio cultural recebido da AGE COP, nos montantes de 2.267.519,35 Euros e 1.070.814,14 Euros, respetivamente.

18. RÉDITO

O rédito reconhecido pela SPA nos exercícios findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, corresponde às comissões sobre direitos autorais cobrados, nos montantes de 8.338.827,80 Euros e 7.623.917,19 Euros, respetivamente.

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, detalha-se como segue:

	2021	2020
Serviços especializados	981.721,19	875.987,60
Honorários	212.099,00	214.460,44
Energia e fluidos	98.873,81	106.869,30
Materiais	68.850,57	69.009,47
Deslocações, estadas e transportes	19.817,56	25.549,80
Serviços diversos	568.871,07	580.559,88
	1.950.233,20	1.872.436,49

20. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, detalha-se conforme segue:

	2021	2020
Remunerações do pessoal e órgãos sociais	4.107.860,17	4.152.164,87
Encargos sobre as remunerações	814.877,41	848.915,27
Gastos de acção social	47.534,39	55.573,06
Responsabilidades dos benefícios pós-emprego (Nota 14)	6.203,00	7.980,02
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	31.136,19	28.379,00
Indemnizações	10.277,13	105.439,45
Outros gastos com o pessoal	94.306,18	90.252,55
	5.112.194,47	5.288.704,22

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o número médio de colaboradores ao serviço da SPA foi de 161 e 166 respectivamente.

21. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, era conforme segue:

	2021	2020
Rendimentos suplementares (a)	107 958,70	79 497,00
Outros (b)	239 923,18	758 146,05
	347 881,88	837 643,05

(a) Nesta rubrica estão registadas, essencialmente, as inscrições de beneficiários, que nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 ascenderam a 105.900,00 Euros e 77.250,00 Euros, respectivamente.

(b) Esta rubrica inclui, no exercício findo a 31 de Dezembro de 2021, a dotação dos gastos de funcionamento do Fundo Cultural no valor de 170.813,72 Euros e a regularização de saldos credores de clientes com antiguidade superior a 20 anos no montante de 43.182,63 Euros (266.829,744 Euros em 31 de Dezembro de 2020), tendo os correspondentes saldos devedores sido regularizados na rubrica "Outros gastos" no montante de 78 864,37 Euros (37.284,31 Euros em 31 de Dezembro de 2020) (Nota 22).

22. OUTROS GASTOS

A composição da rubrica "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, era conforme segue:





	2021	2020
Quotizações	284.625,97	235.214,16
Impostos	430,52	-
Outros (a)	113.917,27	123.347,51
	398.973,76	358.561,67

(a) Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica inclui, essencialmente (i) a regularização de saldos de clientes devedores com antiguidade no montante de 78 864,37 Euros (37.284,31 Euros em 31 de Dezembro de 2020), (ii) gastos incorridos com serviços bancários.

23. GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO

A composição da rubrica “Gastos de depreciação e amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, era conforme segue:

	2021	2020
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	368.513,68	401.599,93
Propriedades de investimento	23.961,25	23.961,25
Ativos intangíveis (Nota 7)	374.395,45	325.140,37
	766.870,38	750.701,55

24. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a NCRF 5 – Divulgações de partes relacionadas é obrigatória a divulgação de informação respeitante a transacções entre a entidade que reporta e indivíduos com poder de voto que lhes dê influência significativa sobre a entidade que relata, indivíduos chave da Administração ou Direcção.

A SPA é dotada de Assembleia Geral, Direcção, Conselho Fiscal e Conselho de Administração (que assegura a gestão corrente). As remunerações no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, ascenderam a 527.196,94 Euros, incluindo os honorários de auditoria.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, não se encontram saldos nem transacções em aberto com qualquer membro da Direcção e administração da SPA.

25. OUTROS COMPROMISSOS FINANCEIROS

A SPA assumiu o compromisso de conceder aos seus cooperadores com idade superior a 60 anos que tenham sido admitidos nessa qualidade há mais de cinco anos, uma quantia anual vitalícia equivalente à média dos direitos de autor que lhes tenham sido creditados nos dez melhores anos. Em caso de morte do cooperador, a SPA assegura o pagamento de metade dessa quantia aos seus cônjuges sobreviventes, ou aos que por lei lhe são equiparados. Em 2015, a Direcção da SPA aprovou a revisão das regras de acesso ao subsídio estatutário com o objectivo de aumentar a idade mínima de acesso para os 65 anos, embora os cooperadores com idade superior a 60 anos ainda possam requerer o acesso a este subsídio com penalizações quanto ao montante atribuído. Os estatutos da SPA especificam que a sua Direcção tem competência para fixar com adequabilidade, razoabilidade e proporcionalidade uma comissão anual a deduzir nos direitos que forem anualmente cobrados pela SPA (“comissão para fins assistenciais”), para fazer face a estas responsabilidades.

No entendimento da Direcção, baseado num parecer dos seus consultores jurídicos, datado de 6 de Março de 2003, a responsabilidade anual máxima do benefício assistencial atribuído aos cooperadores da SPA e cônjuges sobreviventes está limitada a 10% dos direitos de execução recebidos em cada exercício, sendo que o direito ao referido benefício não poderá ultrapassar o limite de 10% e poderá ser proporcionalmente reduzido se o valor resultante da aplicação desta percentagem for inferior ao montante do subsídio a pagar. Nestas circunstâncias, a Direcção e os seus consultores jurídicos consideram que o valor daquelas responsabilidades anuais está limitado ao montante das comissões anualmente deduzidas e afectas àqueles compromissos, pelo que entendem que os benefícios atribuídos aos cooperadores e cônjuges

sobrevivos assumem uma natureza idêntica à de um plano de contribuição definido, não sendo no seu entendimento necessário registar nas demonstrações financeiras quaisquer responsabilidades pelo referido pagamento.

Os estatutos da SPA (artigo 56º) definem a constituição de uma reserva, movimentada no capital próprio para fazer face aos pagamentos destes compromissos. Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foram pagas pensões aos cooperadores e cônjuges sobreviventes no montante de 2.274.219,56 Euros e 2.267.729,98 Euros, respectivamente, tendo as reservas estatutárias sido utilizadas no mesmo montante (Nota 12).

26. GARANTIAS

Em 31 de Dezembro de 2021, a SPA tem garantias apresentadas a terceiros no montante de 271.285,24 Euros das quais 209.010,77 € relacionada com uma reclamação à Segurança Social e 59.780,48 relacionada com um processo laboral cuja sentença foi proferida no exercício de 2020. A mesma mantém-se ativa uma vez que o Banco ainda não tem em sua posse a documentação final do processo.

27. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Em 24 de Fevereiro de 2022, iniciou-se um conflito internacional entre a Ucrânia e a Rússia, a qual está a causar danos graves, seja ao nível de perdas humanas, seja ao nível económico. A Direcção da SPA entende que não serão esperados efeitos significativos para a actividade da SPA, face à reduzida exposição àqueles países.

Atendendo às disponibilidades de tesouraria à data deste relatório, a SPA continua a dispor de fundos para cumprir com os seus compromissos ao longo de 2022 pelo que entendemos estarem asseguradas as condições para a continuidade das operações.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Silvia Maria Fernandes

